

22 JUN 2011 1151437

RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA NOVA CASA BAHIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

(a) **NOVA CASA BAHIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.757.237/0001-75, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social, na qualidade de agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da Emissão de Debêntures (conforme abaixo definido) ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte");

E, na qualidade de interveniente garantidora:

(c) **COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO**, sociedade por ações de capital aberto, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o Código CVM n.º 1482-6, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, n.º 3.142, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 47.508.411/0001-56, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Fiadora");

RESOLVEM, em regular forma de direito, celebrar este "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da



22 JUN 2012

1151437

RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Nova Casa Bahia S.A." ("Emissão", "Debêntures" e "Escritura de Emissão", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 14 de junho de 2012 ("AGE Emissora"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.1.1 Por meio da AGE Emissora, a diretoria da Emissora também foi autorizada a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a distribuição pública das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476 (conforme abaixo definido).

1.2. A garantia fidejussória outorgada pela Fiadora no âmbito desta Escritura de Emissão é constituída com base na deliberação do Conselho de Administração da Fiadora em reunião realizada em 18 de junho de 2012 ("RCA Fiadora"), nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

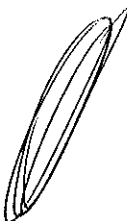
### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância aos seguintes requisitos:

#### 2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures da Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476"), e está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita").

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"),



22 JUN 2014

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

## **2.2. Arquivamento das Aprovações Societárias na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação dos Atos Societários**

2.2.1. A ata da AGE Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") nos termos da legislação em vigor, e será publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" ("DOESP") e no jornal "Diário do Grande ABC" (referidos em conjunto como "Jornais de Divulgação da Emissora").

2.2.2. A ata da RCA Fiadora será arquivada na JUCESP nos termos da legislação em vigor, e será publicada no DOESP e no jornal "O Estado de São Paulo".

## **2.3. Registro desta Escritura de Emissão**

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário cópias da Escritura de Emissão, da AGE Emissora e da RCA Fiadora, devidamente registradas nos termos deste item 2.3. e do item 2.2. acima, respectivamente, em até 5 (cinco) dias contados da obtenção do respectivo registro na JUCESP.

2.3.3. Caso a Emissora não realize o registro da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos nos termos do item 2.3.1. acima, o Agente Fiduciário poderá, com base no artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover o registro acima previsto, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros.

## **2.4. Registro para Colocação e Custódia Eletrônica**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição, a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas na CETIP.



22 JUN 2004 1151437

RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, nos mercados regulamentados de valores mobiliários e assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados" e "Instrução CVM n.º 409", respectivamente), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM n.º 476, e considerando que a Emissora esteja em dia com as obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476.

## 2.5. Registro da garantia fidejussória

2.5.1. Em função da garantia fidejussória prestada pela Fiadora nos termos do item 4.19. abaixo, a presente Escritura de Emissão deverá ser registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Agente Fiduciário, da Emissora e da Fiadora, conforme mencionado no item 4.19.8. desta Escritura de Emissão, na forma prevista no artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("Lei de Registros Públicos"), em até 10 (dez) dias contados da assinatura da presente Escritura de Emissão.

2.5.2. Caso a Emissora não providencie os registros previstos neste item 2.5., o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 2º do seu estatuto social, a Emissora tem por objeto social o estabelecimento de lojas de departamentos para o comércio varejista diversificado, incluindo artigos de cama, mesa e banho, roupas e confecções, móveis de estilo, tapetes e artigos de decoração, aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos em geral, utilidades domésticas em geral, jóias, relógios e afins, ferramentas, equipamentos e acessórios de informática, aparelhos, equipamentos e acessórios de telefonia fixa e celular, bem como todo o comércio varejista de veículos novos e usados, a importação e exportação de todas essas mercadorias e a prestação de serviços para usuários finais e para outras empresas, privadas e/ou públicas e de diversões públicas, promoção de



22 JUN 2015 11:51:37

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

eventos, e ainda, a participação como sócia quotista ou acionista no capital social de outras sociedades.

### 3.2. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

### 3.3. Séries

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

### 3.4. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sendo R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) o valor total da 1ª série e R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) o valor total da 2ª série.

### 3.5. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures, sendo 20.000 (vinte mil) Debêntures da 1ª série ("Debêntures da 1ª Série") e 20.000 (vinte mil) debêntures da 2ª série ("Debêntures da 2ª Série").

### 3.6. Destinação de Recursos

Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados pela Emissora para alongamento do seu perfil de dívida e para capital de giro.

### 3.7. Banco Mandatário e Agente Escriurador

O banco mandatário da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão) e o agente escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade



22 JUN 2011 1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente Escriturador na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão).

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores (conforme abaixo definido) e conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, n.º 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 24.933.830/0001-30 ("Coordenador Líder"), e do Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.271.464/0001-19 ("Bradesco BBI", em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), sob regime de garantia firme não solidária de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, em Duas Séries, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da 1ª Emissão da Nova Casa Bahia S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. Observado o disposto na regulamentação aplicável, os Coordenadores organizarão a colocação das Debêntures exclusivamente perante Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução n.º CVM 476 ("Plano de Colocação"), observados os seguintes termos:

(i) não será permitida a busca de Investidores Qualificados por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;



22 JUN 2015

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

(ii) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelos Coordenadores;

(iii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476; e

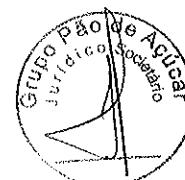
(iv) os Investidores Qualificados referidos no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão subscrever Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.2.1. Nos termos da Instrução CVM n.º 476 e para fins da Oferta Restrita, todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado interessado na subscrição das Debêntures deverá fazê-la por meio da entrega aos Coordenadores de carta devidamente assinada, em termos e condições aceitáveis aos Coordenadores, afirmando estar ciente e concordar, no mínimo, que: (i) as informações recebidas são suficientes para a sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (iii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, dentre outras declarações.

4.1.5. Os Coordenadores poderão realizar a colocação das Debêntures da 2ª Série com ágio ou deságio, às suas expensas, a ser aplicado a todos os Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures da 2ª Série no âmbito da Oferta Restrita, de forma equânime. No âmbito da Oferta Restrita, não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observado, entretanto, que os Coordenadores (i) comprometem-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; (ii) comprometem-se a acessar um número restrito de investidores; (iii) concordam que as propostas de maior volume terão



22 JUN 87 1151437

RUA DOA VIETA  
Nº 314-2º ANDAR

prioridade de alocação; e (iv) comprometem-se a observar os limites descritos nos incisos II e III do item 4.1.2 acima.

4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.1.7. Caso a Oferta Restrita seja cancelada ou revogada, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores, juntamente com a Emissora, comunicarão aos Investidores Qualificados o cancelamento da Oferta Restrita. Se o Investidor Qualificado já tiver efetuado o pagamento do Preço de Subscrição (conforme abaixo definido), o Preço de Subscrição será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se houver, dos tributos a ele incidentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta Restrita.

4.1.7.1. Para fins do disposto no item 4.1.7. acima e nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta Restrita poderá ser cancelada ou revogada a critério da Emissora ou dos Coordenadores: (a) no caso de rescisão voluntária do Contrato de Distribuição, a critério da Emissora ou dos Coordenadores; ou (b) por rescisão involuntária do Contrato de Distribuição, na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) eventos de natureza política, conjuntural econômica ou financeira (inclusive terrorismo) no Brasil, nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia, na América do Sul, ou em qualquer outro país que possa causar influência no mercado de capitais brasileiro, e que não possam ser previstos ou evitados, e que tornem prejudicial à Emissora ou aos Coordenadores o cumprimento das obrigações assumidas; (ii) modificações regulatórias nos critérios de elegibilidade na composição de portfólios dos investidores institucionais e profissionais (e.g., entidades abertas e fechadas de previdência privada, entidades seguradoras, fundos mútuos de investimentos, instituições financeiras, carteiras administrativas, entre outros), que venham de qualquer forma alterar a disponibilidade de recursos de tais investidores para a aquisição de valores mobiliários de emissão de empresas privadas e/ou fundos de investimentos; (iii) ocorrência da incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as Debêntures objeto da Oferta Restrita, ou aumento das alíquotas ou valores dos tributos já incidentes na data do Contrato de Distribuição, ou regulamentação que venha a alterar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional, ou tornar mais onerosa a Oferta Restrita; (iv) alterações nas normas legais ou regulatórias aplicáveis do Brasil ao mercado financeiro e de capitais que alterem substancialmente os procedimentos jurídicos ou operacionais relacionados, de qualquer forma, às Debêntures e/ou à Oferta Restrita, que torne inviável à Emissora ou aos Coordenadores a realização da Oferta



22 JUN 82 1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

Restrita; (v) motivos de força maior ou caso fortuito que tornem inviável ou desaconselhável a Oferta Restrita nos termos do Contrato de Distribuição; (vi) existência, a exclusivo critério dos Coordenadores, de condições desfavoráveis de mercado para a realização da Oferta Restrita, ou caso a Emissora e os Coordenadores não cheguem a um acordo sobre eventuais alterações aos termos e condições da Oferta Restrita; (vii) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora, pedido de autofalência da Emissora, pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido por estes no prazo legal, propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (viii) alterações no setor de atuação da Emissora ou mesmo indicações de possíveis alterações no referido setor por parte das autoridades governamentais que afetem ou indiquem que possam vir a afetar negativamente o preço de mercado das Debêntures, que tornem impossível ou desaconselhável à Emissora ou aos Coordenadores o cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Distribuição e/ou a realização da Oferta Restrita; (ix) alteração relevante e adversa nas condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, que alterem a razoabilidade econômica da Oferta Restrita e tornem inviável ou desaconselhável à Emissora ou aos Coordenadores o cumprimento das obrigações aqui previstas; (x) qualquer mudança adversa no mercado financeiro local ou internacional que alterem a razoabilidade econômica da Oferta Restrita e tornem inviável ou desaconselhável à Emissora ou aos Coordenadores a realização da Oferta Restrita; (xi) alterações substanciais na política monetária do Governo Federal que impactem diretamente o setor de atuação da Emissora e que, de qualquer modo, alterem de forma adversa e relevante a situação financeira da Emissora; ou (l) transferência do controle acionário da Emissora, sendo que as transferências de ações entre os atuais controladores estão autorizadas.

4.1.8. A Oferta Restrita será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido neste item 4.1. e no Contrato de Distribuição.

4.1.9. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.



22 JUN 2012

1151437

RUA BOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

#### 4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 29 de junho de 2012 ("Data de Emissão").

#### 4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil de reais) ("Valor Nominal Unitário").

#### 4.4. Conversibilidade, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, nos termos do artigo 63, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

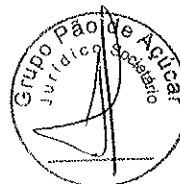
#### 4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia fidejussória.

#### 4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. Observado o disposto no item 4.6.1.1 abaixo, as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido abaixo) ("Preço de Subscrição"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM n.º 476.

4.6.1.1. Os Coordenadores poderão realizar a colocação das Debêntures da 2ª Série com ágio ou deságio, às suas expensas, a ser aplicado a todos os Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures da 2ª Série no âmbito da Oferta



22 JUN 2014 1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 25 ANDAR

Restrita, de forma equânime. Independentemente da aplicação do ágio ou deságio de que trata este item 4.6.1.1, os recursos a serem recebidos pela Emissora em virtude da colocação das Debêntures serão calculados, em qualquer hipótese, com base no valor integral do Preço de Subscrição de que trata o item 4.6.1 acima.

4.6.2. Todas as Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP ("Data de Integralização").

#### 4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

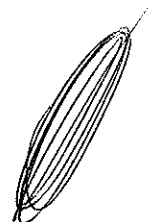
As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 30 (trinta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento da 1ª Série"). As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 31 (trinta e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de janeiro de 2015 ("Data de Vencimento da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série, "Data de Vencimento").

#### 4.8. Amortização

O Valor Nominal Unitário não será amortizado parcialmente ao longo do prazo de vigência das Debêntures. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture será pago integral e exclusivamente na respectiva Data de Vencimento.

#### 4.9. Remuneração

4.9.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), acrescida exponencialmente de um *spread* de 0,72% (setenta e dois centésimos cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, ("Acréscimo sobre a Taxa DI"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.9.3. abaixo, de acordo com a fórmula indicada no item 4.9.5. abaixo ("Remuneração").



22 JUN 2012

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

4.9.2. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, por Dias Úteis corridos, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

4.9.3. Para fins de cálculo da Remuneração, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9.4. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga em 5 (cinco) parcelas, conforme a tabela abaixo ("Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série"):

Número de Ordem	Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série
1º (primeiro)	29 de dezembro de 2012
2º (segundo)	29 de junho de 2013
3º (terceiro)	29 de dezembro de 2013
4º (quarto)	29 de junho de 2014
5º (quinto)	29 de dezembro de 2014

4.9.4.1. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será paga em 6 (seis) parcelas, conforme a tabela abaixo ("Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série", e em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, as "Datas de Pagamento da Remuneração"):

Número de Ordem	Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série
1º (primeiro)	29 de dezembro de 2012
2º (segundo)	29 de junho de 2013
3º (terceiro)	29 de dezembro de 2013
4º (quarto)	29 de junho de 2014



22 JUN 2014 11:51:43

RUA SOL VISTA  
Nº 314 - JARDIM

5º (quinto)	29 de dezembro de 2014
6º (sexto)	29 de janeiro de 2015

4.9.4.2. Caso uma Data de Pagamento da Remuneração não seja um Dia Útil, o pagamento deverá ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente.

4.9.4.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.5. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J = Valor Unitário da Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

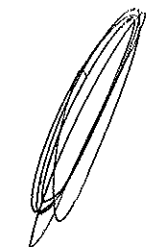
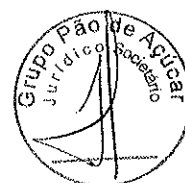
Fator de Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI = Produtório das Taxas DI-Over, aplicado da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:



22 JUN 92 1151437

RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 22 ANDAR

- $k =$  número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";
- $n =$  número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- $TDI_k =$  Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- $DI_k =$  Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

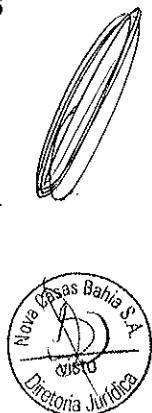
$FatorSpread =$  Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- $spread =$  *spread* de 0,7200 (setenta e dois centésimos por cento), informado com 4 (quatro) casas decimais;
- $DP =$  É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.9.5.1. O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.



22 JUN 2011

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

4.9.5.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários ( $1 + TDI_k$ ), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.9.5.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.5.4. O fator resultante da expressão ( $\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$ ) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.5.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos titulares das Debêntures, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral dos titulares das Debêntures, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento de qualquer dos referidos eventos ou da data em que tais eventos se tornarem públicos, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para que os titulares das Debêntures deliberem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures, caso tenha ocorrido pagamento de Remuneração até a data de deliberação da Taxa Substitutiva.

4.9.8. Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 4.9.7. acima ou, caso instalada, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando 2/3 (dois terços) das Debêntures



22 JUN 2015 1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

em circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão.

4.9.9. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.10. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.7. acima e não haja disposição legal ou determinação judicial expressamente vedando a sua utilização, referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá estabelecer que a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.10., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

#### 4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.3 e 4.11.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures e exigir, mediante notificação, por escrito, o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, conforme disposto no item 4.9.1. acima, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, bem como demais encargos devidos e não pagos até a Data de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido), independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Evento de Inadimplemento"):



22 JUN 2021

1151437

RUA DOA VÍDIA  
Nº 114-2º ANDAR

- (a) liquidação, dissolução, pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei, da Emissora e/ou da Fiadora;
- (b) propositura, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ou pela Fiadora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da notificação, por escrito, encaminhada pelo Agente Fiduciário à Emissora neste sentido;
- (d) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, excetuados aqueles efetuados por erro ou má-fé de terceiros, por cujo pagamento a Emissora e/ou a Fiadora sejam responsáveis, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Fiadora que (i) o protesto foi cancelado, sustado ou suspenso, ou (ii) foram prestadas garantias em juízo em valor no mínimo equivalente ao montante protestado;
- (e) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação, por escrito, encaminhada pelo Agente Fiduciário à Emissora neste sentido;
- (f) descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido no item 3.6. desta Escritura de Emissão;
- (g) inadimplemento de qualquer dívida financeira da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, respeitado seu respectivo prazo de cura, ou, caso não haja, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis contados do inadimplemento;



22 JUN 2012

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

(h) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer de suas controladas, que seja decorrente de empréstimos bancários e/ou de títulos de dívida de responsabilidade da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas;

(i) as declarações e garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão provarem-se substancialmente falsas, incorretas ou enganosas;

(j) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, em valor unitário ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data estabelecida para o seu cumprimento;

(k) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora e/ou da Fiadora por outra companhia, sem a prévia e expressa autorização dos titulares de Debêntures, observado o quorum de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

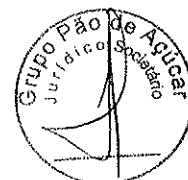
(l) transferência do controle acionário da Emissora, sendo que as transferências de ações entre os atuais controladores estão autorizadas;

(m) alteração do objeto social (i) da Emissora, de forma que a atividade principal da Emissora deixe de ser o comércio geral de utilidades eletrodomésticas e de produtos manufaturados, semimanufaturados, matérias primas, materiais secundários e material de construção, e/ou (ii) da Fiadora, de forma que a atividade principal da Fiadora deixe de ser o comércio geral de alimentos;

(n) transformação da Emissora em sociedade limitada;

(o) revogação, desconstituição ou invalidação da garantia fidejussória prestada pela Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão; e

(p) não manutenção, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices e Limites Financeiros"), os quais serão apurados



22 JUN 2012

1151437

RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

trimestralmente, tomando-se por base os 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora auditadas ou revisadas, conforme o caso, sendo que a primeira apuração será realizada a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2012

- i) Dívida Líquida Consolidada não superior ao Patrimônio Líquido; e
- ii) relação entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA Consolidado, menor ou igual a 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos).

4.11.1.1. Para fins do disposto na alínea (p) do item 4.11.1. acima, entende-se por: (a) "Dívida Líquida Consolidada" a dívida total consolidada da Fiadora (empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures e notas promissórias), subtraída do valor das disponibilidades do caixa e dos valores dos créditos a receber, com deságio de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) oriundos de vendas com cartões de crédito, vale-alimentação e outros em bases consolidadas; e (b) "EBITDA Consolidado", o lucro bruto da Fiadora, deduzido das despesas com vendas e das despesas gerais e administrativas, acrescido de depreciação e amortizações, ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres cobertos pelas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis pela Fiadora, elaboradas segundo os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

4.11.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada pela Emissora ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência. O descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista neste item 4.11.2. não impedirá o Agente Fiduciário ou os titulares das Debêntures de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos ou nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o direito de declarar vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Cláusula Quarta.

4.11.3. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (h), (j), (k) e (n) do item 4.11.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (l), (m), (o) e (p) do item 4.11.1. acima, será a data em que se



22 JUN 2012

1151437

RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.3. abaixo, exceto se tal Assembleia Geral deliberar pelo não vencimento antecipado das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá comunicar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que (a) tiver ciência da ocorrência de qualquer dos eventos referidos no item (i) acima, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, ou (b) se realizar a Assembleia Geral de que trata o item (ii) acima.

4.11.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (l), (m), (o) e (p) do item 4.11.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tiver ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4.1 Na hipótese descrita no item 4.11.4. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4.2. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.11.4 acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário também deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento.

4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.11.5.1. O pagamento dos valores mencionados no item 4.11.5. acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta



22 JUN 2012

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

Escritura da Emissão, será realizado em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13. abaixo.

4.11.5.2. No caso de realização dos pagamentos citados por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

4.11.5.3. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.5. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.11.5.4. O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

#### **4.12. Resgate Antecipado**

Não será admitido o resgate, parcial ou total, das Debêntures.

#### **4.13. Multa e Juros Moratórios**

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, inclusive, mas não se limitando, da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além da Remuneração, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

#### **4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo do disposto no item 4.13. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração, encargos moratórios ou de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data em que os recursos se tornarem disponíveis no respectivo vencimento.



22 JUN 2011 1151437

RUA GDA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

#### 4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, em conformidade com o procedimento da CETIP, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou pela Emissora, por meio do Banco Mandatário, caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### 4.16. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares das Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser obrigatoriamente publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos Jornais de Divulgação da Emissora, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores ([www.globex.com.br/ri](http://www.globex.com.br/ri)). A Emissora poderá alterar os Jornais de Divulgação da Emissora por outros jornais de grande circulação mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

#### 4.18. Imunidade Tributária

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



22 JUN 2017

1151437

RUA DOA VITA  
Nº 314-2º ANDAR

#### 4.19. Garantia Fidejussória

4.19.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Fiadora presta, nesta Escritura de Emissão e neste ato, fiança em favor dos titulares de Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

4.19.2. A Fiadora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, ser fiadora solidariamente responsável e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral cumprimento das obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão.

4.19.3. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão serão pagos pela Fiadora, podendo ser exigido no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada à Fiadora pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão para pagamentos pela Emissora, fora do ambiente da CETIP.

4.19.4. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), e nos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à fiança ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.



22 JUN 2011 11:51:43

RUA DOA VISTA  
Nº 314-21 ANDAR

4.19.5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos titulares de Debêntures caso venham a honrar, total ou parcialmente, com a fiança objeto deste item.

4.19.6. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.19.7. A presente fiança poderá se excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas.

4.19.8 A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, da Fiadora e do Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias a contar da data de assinatura desta Escritura de Emissão. No prazo de até 5 (cinco) dias após a obtenção de tal registro, e desde que este ocorra anteriormente à data de liquidação, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

#### 4.20. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pela Fiadora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, da Fiadora e do Agente Fiduciário.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores



22 JUN 83 1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

independentes, e (b) cópia das demonstrações financeiras completas da Fiadora, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de: (a) relatório demonstrando a memória de cálculo da apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos que se façam necessários; (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, atestando o cumprimento pela Emissora das disposições constantes desta Escritura de Emissão; e (c) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Fiadora atestando o cumprimento pela Fiadora das disposições constantes desta Escritura de Emissão.

- (ii) dentro de, no máximo, 2 (dois) Dias Úteis após a divulgação ao mercado, cópia das informações trimestrais da Fiadora acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de: (a) relatório demonstrando a memória de cálculo da apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos que se façam necessários; (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento pela Emissora das disposições constantes desta Escritura de Emissão; e (c) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Fiadora atestando o cumprimento pela Fiadora das disposições constantes desta Escritura de Emissão.
- (iii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28");
- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17. acima;



22 JUN 2012

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

- (v) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
  - (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;
  - (vii) em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito adverso relevante aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
  - (viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
  - (ix) organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à preparação do relatório anual pelo Agente Fiduciário, conforme Instrução CVM n.º 28, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data de solicitação pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (b) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (c) convocar, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

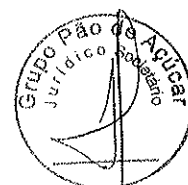


22 JUN 2012

1151437

RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

- (d) informar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.11. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) notificar imediatamente o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (h) manter seus bens e ativos devidamente seguros, conforme suas práticas correntes;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta Restrita, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (j) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário, a agência classificadora de risco (*rating*) e o sistema de negociação no mercado secundário SND;



22 JUN 2011 1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

- (l) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (m) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e a Oferta Restrita e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (n) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (o) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM n.º 476 e no artigo 48, inciso II da Instrução n.º CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400");
- (p) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, observado o disposto no artigo 12 da Instrução CVM n.º 476;
- (q) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (ii) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta Restrita;
- (r) efetuar e fornecer evidência ao Agente Fiduciário de todos os registros, averbações e prenotações necessários, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, nos órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, a JUCESP e os Oficiais de Registro de Títulos e Documentos Competente;



22 JUN 2014

1151437

RUA DOA VIETA  
Nº 314-2º ANDAR

- (s) notificar os titulares das Debêntures e o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis caso qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas; e
- (t) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora e fazer com que sejam mantidas válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto (i) no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em efeito adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; e (ii) caso a perda, revogação ou cancelamento das referidas licenças, concessões, autorizações ou aprovações possa resultar em um efeito adverso relevante, se tal perda, revogação ou cancelamento seja decorrente de caso fortuito, força maior ou qualquer outro evento alheio a vontade e/ou alcance da Emissora;
- (u) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões reais);
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (w) cumprir, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (x) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim; e



22 JUN 2009 1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

- (y) enviar à CETIP quaisquer documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como atender integralmente às demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (I) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas deverão ser devidamente comprovados, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá apresentar os comprovantes das despesas incorridas; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures que não tenha sido saldado na forma da alínea (I) do item 5.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário, no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas,



22 JUN 2002

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 30 (trinta) dias contados da respectiva solicitação de pagamento ou reembolso, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para a cobertura do risco de sucumbência.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente aos Coordenadores; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.



22 JUN 2012

1151437

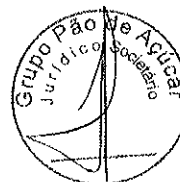
RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

## CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos em seu respectivo instrumento constitutivo necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nos documentos apresentados pela Emissora, sendo certo que não efetuou



22 JUN 2011 1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

nenhuma verificação independente, com o que os titulares das Debêntures declaram-se cientes e de acordo;

- (j) verificou a suficiência da garantia fidejussória prestada nesta Escritura de Emissão, com base nas Informações Trimestrais da Fiadora relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2001, divulgadas no site da CVM, sendo certo que o patrimônio líquido da Fiadora é superior ao volume da presente Emissão, na Data de Emissão;
- (k) para fins do disposto na Instrução CVM n.º 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, presta serviços de agente fiduciário às seguintes sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora:
- (i) à Fiadora, no âmbito de sua 6ª (sexta) emissão de debêntures, composta por 77.965 (setenta e sete mil, novecentas e sessenta e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em 54.000 (cinquenta e quatro mil) debêntures da 1ª (primeira) série e 23.965 (vinte e três mil, novecentas e sessenta e cinco) debêntures da 2ª (segunda) série, no valor total de R\$779.650.000,00 (setecentos e setenta e nove milhões e seiscentos e cinquenta mil reais), na respectiva data de emissão, com data de vencimento em 1º de março de 2013 ("6ª Emissão"). A 6ª Emissão não possui garantias. Até a presente data, o Agente Fiduciário teve ciência de duas amortizações de debêntures da 1ª e 2ª séries da 6ª Emissão, no valor unitário de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), em 1º de março de 2011 e em 1º de março de 2012, respectivamente. Até a presente data, não foram identificados eventos de resgate, conversão, repactuação e/ou inadimplemento das debêntures da 6ª Emissão;
- (ii) à Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A., sociedade integrante do mesmo grupo econômico da Emissora, no âmbito de sua 1ª (primeira) emissão de debêntures, composta por 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Fiadora, em série única, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na respectiva data de emissão, com data de vencimento em 25 de abril de 2013 ("Debêntures Nova Pontocom"). Até a presente data, não foram identificados eventos de resgate, conversão, repactuação e/ou inadimplemento das Debêntures Nova Pontocom; e



22 JUN 2012

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

- (iii) à Fiadora, no âmbito de sua 11ª (sexta) emissão de debêntures, composta por 120.000 (cento e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), na respectiva data de emissão, com data de vencimento em 2 de novembro de 2015 ("11ª Emissão"). A 11ª Emissão não possui garantias. Até a presente data, não foram identificados eventos de resgate, conversão, repactuação e/ou inadimplemento das debêntures da 11ª Emissão; e
- (l) com relação às hipóteses de vencimento antecipado referentes à Fiadora, fará a verificação exclusivamente com base nas declarações do Diretor de Relações com Investidores da Fiadora, a serem enviadas na forma do item 5.1, alínea (a), (i) e (ii) acima, sendo certo que não efetuará nenhum procedimento de verificação independente, com o que os titulares das Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento, até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a seguinte remuneração ("Remuneração do Agente Fiduciário"): parcelas anuais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após data de assinatura da Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1. As parcelas anuais referidas no item 6.4. acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas pro rata die, se necessário. A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. As parcelas anuais referidas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido),



22 JUN 2011

1151437

RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.3. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.4.4. A Remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário nos termos desta Cláusula Sexta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



22 JUN 2014

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-32 ANDAR

- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e da Fiadora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), dos distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à elaboração do relatório referido acima, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data de solicitação



22 JUN 2011 1151437

RUA DOA VIETA  
Nº 314 - 2º ANDAR

pelo Agente Fiduciário. Tais relatórios deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgates, amortizações e repactuações realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (I) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM;



22 JUN 2011 1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

- (iv) na CETIP; e
- (v) na sede dos Coordenadores;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar e verificar o atendimento, pela Emissora, dos Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e
- (s) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website.

6.5.1. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a



22 JUN 97

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM n.º 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.5.2. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.5.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) executar a garantia fidejussória descrita no item 4.19 acima, bem como quaisquer outras garantias constituídas em favor dos Debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.



22 JUN 2011

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314-2º ANDAR

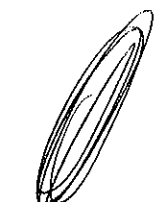
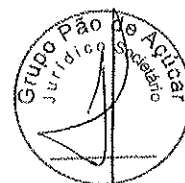
6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) nas alíneas (a), (b) (c) e (d) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, observado que, para a alínea (a) acima, os titulares de Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nos termos do item 4.11.4. desta Escritura de Emissão; e (ii) a deliberação por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (e) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.



22 JUN 2018

1151437

RUA DA VISTA  
Nº 314 - 25 ANDAR

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP e nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.



22 JUN 88 1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

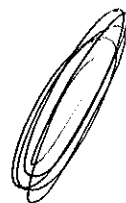
7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Pagamento da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no *quorum* de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) no item 4.11. (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11.4. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.



22 JUN 2011 11:51:43

RUA OSCAR NIETO  
N° 314 - 2º ANDAR

7.6.3. A definição da Taxa Substitutiva de que trata o item 4.9.7. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

7.7. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.10 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA FIADORA

8.1. A Emissora e a Fiadora, quando aplicável, neste ato declaram e garantem que, nesta data:

- (a) a Emissora é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) a Fiadora é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicáveis;
- (c) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas,



22 JUN 2012

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seus nomes, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou a Fiadora sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Fiadora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) a Emissora e a Fiadora têm todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (g) a Emissora e a Fiadora estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora e a Fiadora estão obrigadas, ainda, a proceder com todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às



22 JUN 88

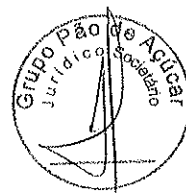
1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (h) as demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora representam corretamente as posições financeiras da Emissora e da Fiadora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) exceto por aqueles mencionados em suas demonstrações financeiras, a Emissora e a Fiadora não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora e/ou à Fiadora;
- (j) as informações, declarações e garantias contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora, à Fiadora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (k) não omitiram ou omitirão fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados que venham a adquirir Debêntures;
- (l) não há qualquer ligação entre a Emissora e/ou a Fiadora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (m) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita exclusivamente para os fins descritos no item 3.6. desta Escritura de Emissão;
- (n) esta Escritura de Emissão e a garantia fidejussória prevista no item 4.19 acima constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Emissora e da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (o) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da

45



22 JUN 2012

1151437

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

- (p) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) o registro da Escritura de Emissão, da AGE Emissora e RCA Fiadora na JUCESP; (ii) o registro das Debêntures na CETIP e (iii) o registro da Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos; e
- (q) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

#### CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

##### **Para a Emissora:**

##### **Nova Casa Bahia S.A.**

Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 100

CEP 09520-900, São Caetano do Sul - SP

At.: Sr. Ricardo Barros Cabral

Tel.: (11) 4225-9359

Fax: (11) 4225-9895 (confirmação (11) 4225-9823)

E-mail: ricardo.cabral@viavarejo.com.br



22 JUN 2008

1151437

RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

**Para o Agente Fiduciário:**

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida das Américas 4200, sala 514, bloco 04  
CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ  
At.: Sr. Marco Ferreira (Back Office)  
Srta. Nathalia Machado (Jurídico)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac-símile: (21) 3385-4046  
Correio Eletrônico: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)  
[juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

**Para a Fiadora:**

**Companhia Brasileira de Distribuição**  
Avenida Brigadeiro Luis Antonio, n.º 3.142  
CEP 01402-901, São Paulo - SP  
At.: Sr. Aymar Giglio Junior  
Tel.: (11) 3886-0580  
Fax: (11) 3889-0245  
E-mail: [aymar@grupopaodeacucar.com.br](mailto:aymar@grupopaodeacucar.com.br)

**Para o Banco Mandatário:**

**Itaú Unibanco S.A.**  
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, n.º 707 – 10º andar  
CEP 04309-010, São Paulo - SP  
At.: Claudia Vasconcellos  
Tel.: (11) 5029-1910  
Fax: (11) 5029-1920  
E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

**Para o Agente Escriturador:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**  
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, n.º 707 – 10º andar  
CEP 04309-010, São Paulo - SP  
At.: Claudia Vasconcellos

SP - 7841310v8

47



22 JUN 2008

1151437

RUA DOA LUSTA  
Nº 314-2º ANDAR

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar

CEP 01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado verbalmente pelo receptor. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

SP - 7841310v8

48



22 JUN 2012 11:51:43

RUA DOA VISTA  
Nº 314 - ZERANDAR

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ("Dia Útil").

10.6. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

#### CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.2. As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios originários desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 19 de junho de 2012



90

Emol.  
Estado  
Ipesp  
R. Civil  
T. Justiça

9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.157.387/0001-28  
Rua Boa Vista, 314 - 2º andar - Centro - CEP. 01014-000 - São Paulo/SP  
R\$ 7.453,13 Protocolado e prenotado sob o n. 1.151.437 em  
R\$ 2.118,26 22/06/2012 e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 1.569,08 sob o n. 1.151.437, em títulos e documentos.  
R\$ 392,27 São Paulo, 22 de junho de 2012  
R\$ 392,27

Total R\$ 11.925,01

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial  
Ricardo Naranjo - Oficial Substituto

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Nova Casa Bahia S.A.

### NOVA CASA BAHIA S.A.

Nome:

Cargo:

*Claudia Elisa Soares*  
Diretora Executiva Financeira

Nome:

Cargo:

*Roberto Fulcherberguer*  
Vice Presidente Comercial

22 JUN 2012

1151.437

9º OFICIAL DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
DA CAPITAL - CNPJ: 68.157.387/0001-28

### PENTÁGONO S.A. DTVM

Nome:

Cargo:

*Silvia Santos de Amorim*  
Procuradora

### COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Nome:

Cargo:

*Caio R. Mattar*  
Vice-Presidente Executivo

Nome:

Cargo:

*Aymar Giglio Junior*  
021.861.968-59

### Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF/MF:

*Ricardo Naranjo*  
23.694.105-7  
222727-618-92

Nome:

RG:

CPF/MF:

*Sidnei Alves*  
CPF: 165.273.698-08  
Gerente Financeiro

